

\* continuação

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas**, em conformidade com as Normas Legais e Estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras da Intermédica Sistema de Saúde S.A., relativas aos exercícios de 2012 e 2011, de acordo com a legislação vigente. Agradecemos aos nossos Clientes, Associados, Fornecedores, Entidades Governamentais e Órgãos Reguladores pela confiança e apoio depositados em nossa administração, e aos nossos Colaboradores pelo indispensável comprometimento, empenho e dedicação demonstrados para a obtenção destes resultados.

**A Administração**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais - R\$)**

Ativo	Nota Explic.	2012		2011		Passivo Circulante	Nota Explic.	2012		2011	
		2012	2011	2012	2011			2012	2011		
<b>Circulante</b>		<b>234.277</b>	<b>313.734</b>			<b>290.747</b>		<b>286.043</b>			
Disponível		6.179	4.647			191.248		183.158			
Realizável		228.098	309.087			113		96			
Aplicações		159.471	252.948			10	146.179	141.245			
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	45.503	33.810			10	14.956	41.817			
Créditos tributários e previdenciários	5	2.030	1.835			10	542	5			
Bens e títulos a receber		19.738	18.526				2.674	1.559			
Despesas antecipadas		1.356	1.968				28.039	33.207			
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>344.292</b>	<b>271.115</b>								
Realizável a longo prazo		148.505	104.169				794	1.402			
Ativo fiscal diferido	14.b	49.378	45.219			11	67.450	66.712			
Depósitos judiciais e fiscais	7	90.278	58.233				106	86			
Outros créditos a receber a longo prazo		8.849	717				106	86			
Imobilizado	8	168.021	139.546			14.b	7.355	6.794			
Imóveis de uso próprio - hospitalares		25.303	25.736			12	86.629	82.646			
Bens móveis - hospitalares		28.665	25.475				6.492	714			
Bens móveis - não hospitalares		22.065	15.965				187.240	209.566			
Outras imobilizações - hospitalares		84.655	63.297			13	142.482	142.482			
Outras imobilizações - não hospitalares		7.333	9.083			13.d	5.600	5.710			
Intangível	9	27.766	27.400				39.158	60.374			
<b>Total do Ativo</b>		<b>578.569</b>	<b>584.849</b>				<b>578.569</b>	<b>584.849</b>			

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais - R\$)**

Saldos em 31 de Dezembro de 2010	Notas Explic.	Capital social	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
				Legal	Retenção	Total		
Integralização de capital:		83.657	5.775	11.074	30.327	41.401	-	130.833
Em dinheiro - conforme AGE de 29/04/2011	13.a	3	-	-	-	-	-	3
Em imóveis oriundos da Notre Dame Seguradora - conforme AGE de 29/04/2011	13.a	4.697	-	-	-	-	-	4.697
Em dinheiro - conforme AGE de 20/05/2011	13.a	9	-	-	-	-	-	9
Em bens móveis - hospita	13.a	11.184	-	-	-	-	-	11.184
Em dinheiro - conforme AGE de 29/11/2011	13.a	2.932	-	-	-	-	-	2.932
Em dinheiro - conforme AGE de 27/12/2011	13.a	40.000	-	-	-	-	-	40.000
Reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-	-
Realização:								
Por depreciação	13.d	-	(98)	-	-	-	98	-
Provisão sobre tributos da reavaliação	13.d	-	33	-	-	-	(33)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	55.788	55.788
Destinação do lucro:								
Reserva legal	13.b	-	-	2.789	-	2.789	(2.789)	-
Dividendos distribuídos	13.c	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Juros sobre capital próprio creditados	13.c	-	-	-	-	-	(6.880)	(6.880)
Constituição de reservas	13.b	-	-	-	16.184	16.184	(16.184)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>		<b>142.482</b>	<b>5.710</b>	<b>13.863</b>	<b>46.511</b>	<b>60.374</b>	<b>-</b>	<b>208.566</b>
Reserva de reavaliação								
Realização:								
Por depreciação	13.d	-	(169)	-	-	-	169	-
Provisão sobre tributos da reavaliação	13.d	-	59	-	-	-	(59)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	50.624	50.624
Destinação do lucro:								
Reserva legal	13.b	-	-	2.531	-	2.531	(2.531)	-
Dividendos distribuídos	13.c	-	-	-	(46.511)	(46.511)	(15.989)	(62.500)
Juros sobre capital próprio creditados	13.c	-	-	-	-	-	(9.450)	(9.450)
Constituição de reservas	13.b	-	-	-	22.764	22.764	(22.764)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>		<b>142.482</b>	<b>5.600</b>	<b>16.394</b>	<b>22.764</b>	<b>39.158</b>	<b>-</b>	<b>187.240</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Intermédica Sistema de Saúde S.A. ("Companhia" ou "Operadora") com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objetivo a prestação de serviços nos campos da medicina, odontologia, hospitalar e de medicina social e ocupacional, abrangendo a operação de hospitais e centros clínicos próprios por meio da celebração de contratos de assistência médica com pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas ou particulares.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano de Contas instituído pela Resolução Normativa - RN nº 290, de 27 de fevereiro de 2012, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendadas pela ANS. O pronunciamento CPC 11, que trata de reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras, e dessa forma, não por contábeis adotadas no Brasil, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção do seguinte item reconhecido nos balanços patrimoniais pelo valor justo: instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (nota 3). **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Para melhor apresentação, e comparabilidade e atendimento às disposições da Resolução Normativa nº 290 de 2012, alguns saldos de 31/12/2011 foram reclassificados.

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
As principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes: **a) Ajuste a valor presente:** Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes. Nas datas dos balanços não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação dessa prática contábil. **b) Reconhecimento das receitas operacionais:** As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido ("pro rata dia"). Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na conta "Faturamento antecipado", redutora do ativo circulante. As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência. **c) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados:** Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas, etc.) são contabilizados com base nas notificações comunicando a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Os títulos e valores mobiliários com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa são classificados como equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, estes eram compostos por saldos de caixas e bancos. **e) Instrumentos financeiros:** Definição: Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira para outra entidade. Os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Baixa de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento. Quando não são transferidos nem retidos substancialmente os riscos e benefícios são avaliados pela administração da Operadora, a fim de assegurar sua manutenção no ativo. A Operadora baixa os passivos financeiros somente quando as respectivas obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando pagas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **f) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: • For adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo. • No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros em curto prazo. • For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluído na rubrica "Resultado Financeiro", na demonstração do resultado. **Investimentos mantidos até o vencimento:** Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "disponíveis para venda" ou não são classificáveis como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Ajuste de avaliação patrimonial". **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. **g) Provisão para perdas sobre créditos:** A provisão para perdas sobre créditos é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica, salvo casos específicos avaliados individualmente pela administração. Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos. **h) Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado ao custo, acrescido do ajuste resultante de reavaliação dos imóveis até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu manter os saldos existentes na reserva de reavaliação até a data da sua efetiva realização. As depreciações são calculadas pelo método linear, levando em consideração a expectativa da vida útil e econômica dos bens. **i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** É efetuada a análise do valor de recuperação dos ativos não financeiros, com a finalidade de (i) verificar se há perda por redução ao valor de recuperação (impairment), e (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de constituir provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação. Dentro desse contexto, o imobilizado, o intangível e outros ativos não financeiros foram reavaliados para identificar evidências de perdas não recuperáveis. A Administração da Companhia considera desnecessária a contabilização de provisão para perda de seus ativos não financeiros, exceto em relação ao ativo informado na nota 9. **Intangível:** O intangível é representado principalmente por ativo pago nas aquisições de investimentos (participações em controladas já incorporadas) e gastos com desenvolvimento de sistemas. A amortização do ativo foi efetuada até 31 de dezembro de 2008, pela taxa mencionada na nota explicativa nº 9. A partir do exercício de 2009, a amortização contábil do ativo referente à rentabilidade das empresas adquiridas fundamentada na geração de lucros futuros não é mais permitida, passando a avaliação do saldo a ser feita pelo teste de recuperabilidade (impairment). Os demais intangíveis com vida útil econômica são amortizados pelo método linear, pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 9. **k) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:** A provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA) é constituída para a cobertura de eventos ocorridos e não avisados, sendo calculada com base em nota técnica atuarial submetida e aprovada pela ANS. A Provisão para eventos a liquidar é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços comunicando a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço. **l) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente. Os tributos diferidos atribuíveis às diferenças temporais são registrados no ativo ou no passivo, no pressuposto de sua realização futura. **m) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros". **n) Obrigações legais e outras provisões para riscos:** A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As provisões de riscos são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados. Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação aplicável. **o) Estimativas e julgamentos contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamento na determinação e no registro de determinadas estimativas. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre

outros, mensuração dos ativos avaliados ao valor justo, ajustes na provisão para realização de contas a receber, tributos diferidos, provisões técnicas e para riscos. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser afetada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões decorrentes do nível de subjetividade considerado no processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

**4. GERENCIAMENTO DOS RISCOS**  
A Companhia opera exclusivamente com planos de saúde, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela sua administração. **Risco de crédito:** O risco de crédito advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes das contraprestações vencidas. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. Por meio de controles internos adequados, a Companhia monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos é utilizada em estrito acordo com a resolução normativa nº 290/2012 da ANS, e está descrita na nota explicativa nº 3 g. **Risco de liquidez:** A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos. Para isso, a Companhia elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas. **Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros:** O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio das aplicações financeiras. A Companhia adota a política de aplicação em títulos exclusivamente pós-fixados de emissão de instituições financeiras em CDBs, emitidos sempre por bancos de primeira linha (bancos com rating nacional de longo prazo AAA, conforme classificação pela Agência Fitch), com liquidez imediata, e operações compromissadas lastreadas em debêntures, em empresas de Leasing controladas por bancos de primeira linha, com garantia de recompra pelo Banco controlador, bem como em títulos públicos, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a RN nº 159, de 3 de julho de 2007, da ANS, para a garantia das provisões técnicas. O portfólio financeiro da Companhia está, em sua quase totalidade, exposta à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico (CDI), sendo o restante indexado à taxa Selic. Pelo fato de a Companhia não apresentar em sua operação contratos indexados a outras moedas/taxas, a mesma não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. A composição das aplicações está demonstrada na nota explicativa nº 5. **Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros:** As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2012, se as taxas de juros de CDI fossem 10% mais altas ou mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o resultado do período findo em 31 de dezembro de 2012 aumentaria/diminuiria em apenas R\$ 1.101.

**5. APLICAÇÕES**  
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

	2012		2011	
	Valor justo - época de vencimento		Total	
	Até 12 meses	De 1 a 5 anos	Total	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda:				
Certificados de Depósito Bancário - CDBs - pós-fixados	22.381	41.855	64.236	168.213
Debêntures - pós-fixados	30.109	11.816	41.925	33.485
Letras financeiras do tesouro (*)	-	53.310	53.310	49.181
Fundos de Investimento	-	-	-	2.069
Subtotal	52.490	106.981	159.471	252.938

(\*) Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Os CDBs e as debêntures têm remuneração diária vinculada à taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDIs com vencimentos variáveis até Setembro de 2017. Essas aplicações estão classificadas no ativo circulante, independentemente de seu vencimento, tendo em vista a garantia formal de liquidez diária integral. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os títulos públicos e privados integrantes da carteira e oferecidos para a garantia de provisões técnicas encontravam-se custodiados no SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia e na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, respectivamente. A custódia das cotas e respectivos papéis dos fundos de investimentos são mantidos diretamente pelos administradores desses fundos. **Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial:** Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, são classificados nos Níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo: • Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços), ou indiretamente (ou seja, com base em preços). • Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a mensuração dos instrumentos financeiros foram obtidas de preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1).

Descrição	2012		2011	
	Imóveis de uso próprio Hospitalares(a)	Bens Móveis Hospitalares(b)	Bens Móveis não Hospitalares(c)	Outras Imobilizações Hospitalares(d)
<b>Custo</b>				
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	32.862	20.289	39.941	50.353
Adições	5.819	17.785	10.904	36.414
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	38.681	38.074	50.845	86.767
Adições	678	9.777	3.669	24.712
Transferência	-	14.057	-	2.475
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	39.359	61.908	54.514	113.954
<b>Depreciação</b>				
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	(12.436)	(10.603)	(30.552)	(22.538)
Adições	(509)	(3.334)	(2.990)	(942)
Transferência	-	1.338	(1.338)	-
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	(12.945)	(12.599)	(34.880)	(23.480)
Adições	(1.111)	(5.707)	(3.041)	(1.511)
Transferência	-	(14.937)	5.472	(4.308)
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	(14.056)	(33.243)	(32.449)	(29.299)
<b>Saldo total líquido em 31/12/2012</b>	25.303	28.665	22.065	84.655
<b>Saldo total líquido em 31/12/2011</b>	25.736	25.475	15.965	63.287
<b>Taxa anual de depreciação %</b>	2 - 4	10 - 20		

de seus advogados, inclusive a constitucionalidade do ressarcimento ao SUS. A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados é apurada por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que ainda não tenham sido notificados à Operadora. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados estavam assim representados:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Saldo inicial	41.817	32.669
Constituição	<u>3.139</u>	<u>9.148</u>
Total PEONA	<u>44.956</u>	<u>41.817</u>

#### 11. DÉBITOS DIVERSOS

A composição de débitos diversos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está demonstrada a seguir:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Aluguéis a pagar	1.844	1.877
Contas a pagar	1.092	75
Fornecedores	24.055	23.296
Prestadores de serviços	2.791	3.895
Obrigações trabalhistas	35.141	35.013
Outros	<u>2.527</u>	<u>2.556</u>
Total	<u>67.450</u>	<u>66.712</u>

#### 12. PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte de processos judiciais, cujos saldos das provisões e suas respectivas movimentações no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são os seguintes:

		<b>Reversões/</b>		
	<b>2011</b>	<b>Adições</b>	<b>pagamentos</b>	<b>2012</b>
Contingências tributárias e obrigações legais:	<u>56.737</u>	<u>8.583</u>	<u>(790)</u>	<u>64.530</u>
ISS - município de São Paulo (a)	15.403	–	–	15.403
ISS - município de Campinas	4.477	1.114	–	5.591
ISS - município de São Paulo (b)	2.321	6.620	–	8.941
INSS	4.113	849	–	4.962
FGTS (d)	15.230	–	–	15.230
Refis Lei 11.941	9.350	–	(790)	8.560
Outros (e)	5.843	–	–	5.843
Contingências trabalhistas (c) (e)	10.054	3.828	(5.891)	7.991
Contingências cíveis (c) (e)	<u>15.855</u>	<u>5.006</u>	<u>(6.753)</u>	<u>14.108</u>
Total	<u>82.646</u>	<u>17.417</u>	<u>(13.434)</u>	<u>86.629</u>

(a) A Companhia questiona judicialmente a incidência do ISS (município de São Paulo) sobre seu faturamento durante o período de novembro de 2001 a dezembro de 2002. Os saldos de depósitos judiciais correspondentes a esse questionamento, no montante de R\$15.403 (R\$15.403 em 2011). (b) A Companhia obteve Liminar em setembro de 2011. Sentença procedente em dezembro de 2011 para reconhecer a impetrante o direito à incidência do tributo ISS sobre a diferença entre os valores percebidos e os repassados a terceiros que efetivamente prestarem o serviço e apenas no que concerne às operações de planos de saúde, bem como o direito ao crédito decorrente do recolhimento indevido do ISS no mês de agosto de 2011 mediante comprovação do seu pagamento a maior. Sobre o ressarcimento incidirá juros de mora e atualização monetária desde o seu recolhimento nos termos da Lei 11.960/09, no montante de R\$8.941 (R\$2.321 em 2011) (c) A Companhia é parte reclamada em certas ações de natureza cível e trabalhista, sendo que aquelas com probabilidade de perda provável encontram-se provisionadas pelos valores estimados de perda informados pelos seus consultores jurídicos. (d) Refere-se a auto de infração relativo às diferenças de valores de recolhimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, baseado na premissa de suposta existência de relação de vínculo empregatício com terceiros (pessoas jurídicas), para o qual foi efetuado depósito judicial da totalidade do valor presente no auto de infração de R\$ 15.230. (e) Para essas ações judiciais em andamento, são mantidos depósitos judiciais no montante de R\$33.602 (R\$24.019 em 2011). Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia apresenta outras ações de naturezas cíveis e trabalhistas no montante total reclamado de R\$ 119.547 (R\$ 121.198 em 2011), que de acordo com consultores jurídicos da Companhia, apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não se encontram provisionadas.

#### 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a) Capital social:** O capital social no valor de R\$142.482, totalmente subscrito e integralizado em 2012 e 2011, está representado por 142.482.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011:** A Assembleia Geral Extraordinária - ("AGE"), realizada em 29 de abril de 2011, deliberou e aprovou o aumento de capital da Companhia, que era de R\$83.657 e passou para R\$88.357, com emissão de 4.700.000 ações ordinárias. A AGE, realizada em 20 de maio de 2011, deliberou e aprovou o aumento de capital da Companhia, que era de R\$88.357 e passou para de R\$99.550, com emissão de 9.904.984 ações ordinárias. A AGE, realizada em 29 de novembro de 2011, deliberou e aprovou o aumento de capital da Companhia, que era de R\$99.550 e passou para R\$102.482, com emissão de 1.994.898 ações ordinárias. A AGE, realizada em 27 de dezembro de 2011, deliberou e aprovou o aumento de capital da Companhia, que era de R\$102.482 e passou para R\$142.482, com emissão de 27.027.027 ações ordinárias. **b) Reservas de lucros: Reserva legal** - é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido ajustado, ao final de cada exercício social, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. **Outras** - correspondem à parcela do lucro líquido remanescente, após as deduções legais e a constituição da reserva legal, ao final de cada exercício social, com o propósito de manutenção do capital de giro da Companhia ou de futura deliberação dos acionistas. **c) Destinação do lucro:** O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 5% sobre

<b>A DIRETORIA</b>	<b>Atuária: Teresa Cristina Alves Westenberger</b> - MIBA: 1009
--------------------	---

Aos Administradores e Acionistas da **Intermédica Sistema de Saúde S.A.** Examinamos as demonstrações financeiras da **Intermédica Sistema de Saúde S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as

o lucro líquido do exercício, observado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. No exercício de 2012, a Companhia optou pelo pagamento de juros sobre o capital próprio, calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido. Os juros sobre o capital próprio totalizaram R\$9.450 (R\$6.880 em 2011), resultando em benefício fiscal de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido no montante de R\$3.213 (R\$2.339 em 2011). A AGE, realizada em 2 de abril de 2012, deliberou e aprovou a distribuição de dividendos referentes aos lucros obtidos em exercícios anteriores e no próprio exercício no montante total de R\$62.500. **d) Reserva de Reavaliação:** Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta "Reserva de Reavaliação", que é apresentado pelo valor líquido dos efeitos tributários sobre as reavaliações de edifícios, está representado por R\$5.600 (R\$5.710 em 2011). Antes da aplicação da Lei nº 11.638/07, a Companhia reavaliava seus imóveis a cada 4 (quatro) anos, sendo as últimas reavaliações efetuadas nos anos de 2007 e 2006 (ambas parciais).

#### 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

a) A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do exercício é demonstrada como segue:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>		
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
Resultado antes dos tributos e das participações	71.611	71.611	80.178	80.178
Adições/Exclusões permanentes	2.561	2.561	3.694	3.694
Adições/Exclusões temporárias	10.582	10.582	252	252
Juros sobre o capital próprio	<u>(9.450)</u>	<u>(9.450)</u>	<u>(6.880)</u>	<u>(6.880)</u>
Lucro tributável	<u>75.304</u>	<u>75.304</u>	<u>77.244</u>	<u>77.244</u>
Tributos antes das deduções	(18.802)	(6.777)	(19.233)	(6.952)
Doações incentivadas	542	–	600	–
Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT	<u>452</u>	<u>–</u>	<u>455</u>	<u>–</u>
Alíquota média - IR (24%) e CSLL (9%)	<u>(17.808)</u>	<u>(6.777)</u>	<u>(18.178)</u>	<u>(6.952)</u>
Constituição de IR e CSLL diferidos	<u>2.646</u>	<u>952</u>	<u>544</u>	<u>196</u>
Total das despesas do exercício	<u>(20.987)</u>	<u>(54)</u>	<u>(24.390)</u>	<u>–</u>

b) A composição dos créditos tributários incluídos em outros créditos a receber no realizável a longo prazo e exigível a longo prazo é demonstrada como segue:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de provisões para:		
Contingências	26.543	24.920
SUS	10.184	7.997
Perdas sobre créditos	10.397	10.304
Outros	<u>2.254</u>	<u>1.998</u>
Total do imposto diferido ativo	<u>49.378</u>	<u>45.219</u>

Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:

Amortização do intangível para fins fiscais	(4.350)	(3.052)
Reavaliação de imóveis	<u>(3.005)</u>	<u>(3.742)</u>
Total do imposto diferido passivo	<u>(7.355)</u>	<u>(6.794)</u>
Total do imposto diferido, líquido	<u>42.023</u>	<u>38.425</u>

c) Movimentação dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido):

	<b>Imposto de renda</b>	<b>Contribuição social</b>	<b>Total</b>
Saldo inicial 31 de dezembro de 2011	28.253	10.172	38.425
(+) Créditos tributários	<u>2.648</u>	<u>950</u>	<u>3.598</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	<u>30.901</u>	<u>11.122</u>	<u>42.023</u>

#### 15. CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Contraprestações emitidas de assistência à saúde	1.987.045	1.873.703
Contraprestações canceladas	(19.452)	(14.792)
Contraprestações de assistência à saúde - assumidas	2.758	4.069
Contraprestações de assistência à saúde - transferidas	<u>(93.226)</u>	<u>(97.369)</u>
Total das contraprestações líquidas	<u>1.877.125</u>	<u>1.765.611</u>

#### 16. EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Consultas	275.404	287.989
Exames	438.090	288.812
Internações	513.359	499.348
Outros atendimentos ambulatoriais	299.399	290.253
Peona - Provisão de eventos ocorridos e não avisados	3.138	9.148
Recuperação de eventos indenizáveis	(73.142)	(76.176)
Provisão de Ressarcimentos ao SUS	6.613	(11.116)
Terapias	37.754	37.097
Demais despesas assistenciais	<u>10.499</u>	<u>20.056</u>
Total	<u>1.511.114</u>	<u>1.345.411</u>

<b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>
---

demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Intermédica Sistema de Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

#### 17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Pessoal	133.680	133.733
Serviços de terceiros	39.897	39.318
Localização e funcionamento	39.023	39.485
Tributos	4.214	4.444
Publicidade e propaganda	2.722	4.203
Provisão(reversão) para contingências	3.983	6.934
Outras	11.558	7.607
Total	<u>235.077</u>	<u>235.724</u>

#### 18. GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os recursos garantidores das provisões técnicas estão aplicados de acordo com as determinações contidas na legislação vigente e estão compostos por:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	39.839	77.931
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	53.309	49.173
Depósitos Judiciais - SUS	<u>26.043</u>	<u>3.580</u>
Imóveis, líquidos de depreciação	<u>23.605</u>	<u>–</u>
Total	<u>142.796</u>	<u>130.684</u>

#### 19. PARTES RELACIONADAS

Os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas são os seguintes:

		<b>Ativo (passivo)</b>		<b>Receitas (despesas)</b>
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>

Notre Dame Seguradora S.A.:

Créditos operacionais de prestação de serviços de assistência à saúde	310	488	–	–
Débitos diversos - fornecedores	(122)	(132)	–	–
Contraprestações líquidas	–	–	2.817	4.900
Despesas de aluguéis (*)	–	–	(4.704)	(4.722)
Despesas com seguros (*)	–	–	(1.460)	(1.761)

Interodonto - Sistema de Saúde Odontológica Ltda.:

Débitos diversos - Fornecedores	(608)	–	–	–
Contraprestações líquidas	8	–	359	295
Despesas de planos odontológicos (*)	–	–	(8.401)	(329)

Locben - Locação de Bens Ltda. -

Despesas com aluguéis de bens móveis e outros (\*)

(\*) Encontra-se classificado na conta "Despesas administrativas", na demonstração do resultado do exercício. A remuneração dos principais Administradores, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido contabilmente como despesa no ano de 2012 foi de R\$6.591 (R\$10.018 em 2011). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações do seu capital social.

#### 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia não operou nem apresentava posições ativas ou passivas, decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

#### 21. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

<b>Itens</b>	<b>Tipo de Cobertura</b>	<b>Importância Segurada</b>
Edifícios, instalações, maquinismos, móveis e utensílios, estoque	Incêndio, raio, explosão, queda de aeronave, danos elétricos, equipamentos arrendados e cedidos a terceiros, RD equipamentos móveis e fixos, queda de vidros, despesas fixas (6 meses), perdas/pagamentos de aluguel (6 meses), roubo/furto qualificado de bens, vendaval, impacto de veículos, até fumaça, desmemoramento, equipamentos eletrônicos, objetos portáteis (território nacional), roubo de medicamentos	R\$ 620.925

Responsabilidade Civil	Responsabilidade civil operações	R\$ 5.000
------------------------	----------------------------------	-----------

D&O	Responsabilidade civil, diretores, administradores e conselheiros	R\$ 10.000
Frota de Veículos	Compreensiva, danos materiais, danos corporais, equipamentos móveis	100% Tabela FIPE por veículo + R\$ 483 para as ambulâncias

As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram avaliadas pelos nossos auditores independentes.

#### 22. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela diretoria da Operadora em 22 de Março de 2013.

<b>Contador: Omildo Pedrosa de Macedo Filho</b> - CRC 1 SP 190 221/O-0
--

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, como informação suplementar, uma vez que a apresentação não é requerida